



Assédio e desrespeito no campus Canindé

Novo Ano...Velhos Problemas



O Campus Canindé é conhecido em todo o Estado pelos relatos, por vezes dramáticos, de servidores/as que atestam sofrer perseguição interna por meio de alegados processos de assédio moral. Também o é pelos posicionamentos da gestão que não consideram as vozes advindas da comunidade, pela disseminação de práticas autoritárias que primam pela supressão de instâncias democráticas na tomada de decisões e pelo desrespeito no tratamento dispensado aos servidores públicos e estudantes. Até aí nenhuma novidade.

Mais recentemente, chegou ao descabro de desrespeitar edital de concurso público ao se negar a dar posse a professores aprovados, o que por si só já levanta sérios questionamentos. Se isso não

bastasse, nas últimas semanas professores e estudantes vêm sendo submetidos a situações de pressões por parte da gestão do campus.

Os primeiros estão sendo coagidos a aceitarem ministrar disciplinas que não correspondem à área do concurso para a qual se submeteram. Os segundo são constrangidos a assinarem abaixo-assinado concordando com a “chamada” de professor voluntário em detrimento da imediata convocação dos concursados. Os episódios beiram o absurdo especialmente pelo fato de essas mesmas disciplinas serem exatamente aquelas cujos candidatos do último concurso (EDITAL Nº 001/GR-IFCE/2011) lograram aprovação, a saber:

CÓDIGO 20 - Educação Física: Teoria das Ginásticas; Atividades Rítmicas; Estágio Supervisionado.

CÓDIGO 23 - Educação Física:

Educação Física e Esporte Adaptado; Lutas.

Os professores pressionados pela gestão não foram selecionados para ministrar aulas nas áreas que tentam lhes impor. Essa deliberação negligencia a falta de expertise dos mesmos em assumir áreas do conhecimento que não lhes são afeitas, pondo em risco a própria qualidade da educação ofertada aos estudantes.

Diante da recusa dos docentes de Educação Física em corroborar com práticas que apenas visam a precarizar a atividade docente, gestores do campus tem assumido postura – ainda mais reacionária. Ensandecidos, manifestam a sanha de “convocar” professor voluntário para suprir a carência de docentes para as disciplinas listadas – importante frisar que há tempo hábil para a convocação dos candidatos aprovados.

Desautorizados pelos professores efetivos que, em respeito aos estudantes, a sua profissão e à qualidade da educação, não aceitam trabalhar em desvio de função

e que pleiteiam a imediata contração dos concursados, os gestores não se constroem em difamar os docentes, alegando, por exemplo, que esses “não possuem compromisso com a Instituição”. Será esta postura é coerente para quem se afirma “compromissado” com a educação e com o IFCE? Acreditamos que não! Há relatos de estudantes do curso de Licenciatura em Educação Física que atestam terem sido abordados pelo próprio Chefe de Departamento de Ensino, no sentido de “convencê-los” a assinar um abaixo-assinado “concordando” com a “convocação” de professor voluntário para ministrar as disciplinas vacantes. Aproveitam-se das expectativas dos concludentes, dos sonhos daqueles/as que acreditam nesta Instituição, da boa-fé e, muitas vezes, do medo dos que temem retaliação, para levá-los a aderir à lista.

Continue lendo na pág.2



Novos Problemas ... Velhos Conhecidos

Não nos soa estranho tais condutas, principalmente as que envolvem o atual chefe do Departamento de Ensino. O fato de ter desempenhado a função de pedagogo e, hoje, Chefe de Departamento de Ensino do Campus Canindé, tornando-se responsável, portanto, por ações da instituição voltadas para os educandos em seus vários níveis [inclusive, psicopedagógico], reflete-se na qualidade questionável de seu trabalho, situação corroborada pela atribuição da nota mais baixa conferida pela comissão de avaliação do MEC para efeito de reconhecimento de Curso.

O CONCEITO FINAL “4”, alcançado mediante muito esforço dos/as servidores/as daquela Casa, especialmente do professor Basílio Fecchine, que estava à frente da Coordenadoria do Curso de Licenciatura em Educação Física nos últimos meses e que agora, em represália a sua luta pela contração dos concursados, foi autoritária e intempestivamente destituído de suas funções, foi maculado pela

NOTA “1” atribuída pelos avaliadores quando da sondagem do quesito “apoio ao discente”. A justificativa se baseou no fato de que: “não foi observado o apoio ao discente em programas de extraclasse e psicopedagógico, em atividades de nivelamento e extracurriculares” (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO, p. 5, 13/09/2012).

Destacamos, ademais, que a nota atribuída por uma comissão que visa a reconhecer ou não determinado curso oferecido por uma instituição federal de ensino, não reflete tão somente o momento presente da instituição avaliada, mas sintetiza, in limine, todo o processo de desenvolvimento e consolidação de um plano pedagógico institucional. Desse modo, entendemos significar ponto sintomático a atribuição desta nota, posto que o servidor que teria a competência para alinhar institucionalmente, bem como conduzir tais processos apontados no relatório como insuficientes, trata-se do atual Chefe de Departamento de

Ensino.

Tal fato adquire maior gravidade quando consideramos TODOS os demais quesitos avaliados, procedimento que nos permite constatar que nenhum item considerado na visita que analisou o desempenho dos/as servidores/as em suas atribuições obteve nota inferior a “3”. As outras únicas duas notas “1”, contidas no relatório final, referiam-se, respectivamente, à ausência de infraestrutura para dar suporte à atividade docente em tempo integral (gabinetes de trabalho, por exemplo) e à ausência de periódico especializado vinculado ao Curso.

Tais questões poderiam ter encontrado fórum importante para serem debatidas pela comunidade acadêmica do Campus Canindé. Este espaço, certamente, poderia ter sido a Semana Pedagógica. Entretanto, esta não ocorreu no atual semestre letivo, demonstrando o descaso da gestão com aspectos fundamentais para o bom planejamento institucional e educacional.

A sua realização seria de valor

inestimável, sobretudo, quando se tratava do retorno às atividades após um longo movimento paredista que durou meses. Além do mais, seria um importante momento para se receber com as boas vindas aqueles/as novos/as servidores/as empossados ainda em tempos de greve.

Tem-se evidenciado que boas práticas que deveriam nortear a ação de todo e qualquer servidor público bem como o devido esmero e compromisso para com suas atribuições passam ao largo das preocupações da atual chefia de Departamento de Ensino do Campus Canindé – que encontra adesão, consentimento e ressonância em outras esferas do corpo da gestão – que parece mais inclinada a reproduzir práticas policiais e assediosas, desrespeitando servidores e coagindo estudantes do que propriamente contribuir para o salutar desenvolvimento institucional e bons serviços prestados à comunidade ifccana.

De muito usada...a faca já não corta

Não obstante este quadro desalentador, a comunidade do Campus Canindé rejeita veementemente tais práticas, tendo manifestado isso em várias ocasiões, fosse através de movimentações diretamente levadas ao conhecimento da Reitoria e Pró-reitorias competentes, ou mesmo mediante o recado dado nas urnas quando das últimas eleições para o cargo de Reitor/a, momento em que impôs uma fragorosa derrota eleitoral à atual gestão do campus e ao modelo de desenvolvimento educacional conduzido, nos últimos anos, pela gestão máxima do Instituto Federal do Ceará.

Desejosos por respirar ares democráticos e por vermos a Instituição fortalecida, estamos ansiosos em renovar a gestão do campus. A posse do novo Reitor pode significar a retomada do caminho democrático institucional ou o aprofundamento das práticas autoritárias que macularam a imagem da gestão que ora se encerra. Acreditamos que os erros do passado devem ser motivo de aprendizagem pedagógica por parte de gestores, docentes, técnicos administrativos e discentes, para que não se repitam no futuro.

Eis o apelo que apresentamos à nova gestão do IFCE: não reproduza os erros cometidos quando da indicação/manutenção de gestores truculentos para as novas unidades oriundas da expansão da rede federal de ensino. Afinal, como já nos ensinara o velho Marx: “A história só se repete na forma de farsa!”

INFORME



A diretoria colegiada do Sindsifce informa aos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), que desde o dia 02/01/2013 (quarta-feira), a nossa entidade sindical funciona em um novo endereço. A nova sede do Sindsifce é localizada na Rua Aratuba, nº 2142, (Casa E), Avenida Treze de Maio, Fortaleza (CE). Ponto de referência- IFCE.



Fala Diretoria

A dívida pública brasileira já ultrapassa os 3 trilhões de reais, sendo que desses R\$ 2 trilhões e 637 bilhões são referentes à dívida interna e US\$ 422 bilhões à externa. Talvez este fato explique em parte a trágica contradição do Brasil ser considerado a sexta potência econômica mundial e, por outro lado, ser classificado pela ONU na 84ª posição no índice de desenvolvimento humano. O quadro se agrava quando consideramos o pífio crescimento do PIB nos últimos oito trimestres, não ultrapassando nesse período 1%. Desse modo, a “bolha financeira” está crescendo para todos os lados: o recorde da dívida pública federal (interna e externa); a dívida dos estados; a dívida privada de bancos, empresas e famílias; a bolha da propriedade imobiliária (165% de valorização entre 2008 e 2012, contra 25% de inflação).

No intuito de tentar minimizar os efeitos da crise que parece ter se instalado de vez no Brasil, o governo Dilma vai, em grandes linhas, no sentido solicitado pelo grande capital: já anunciou a privatização dos aeroportos, com fortes subsídios estatais, às vésperas da Copa 2014 e das Olimpíadas de 2016. Transferiu-se à iniciativa privada a manutenção, construção e exploração de 7,5 mil quilômetros de rodovias e 10 mil quilômetros de ferrovias, sem contar com a incorporação de aeroportos e portos, em processo de efetivação. “Concessão”, o termo usado, é um eufemismo para privatização. Os investimentos são da ordem de R\$ 133 bilhões para um período de 25 anos, sendo que R\$ 79,5 bilhões serão investidos nos primeiros cinco anos. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiará 80% dos projetos. Para acompanhar a privatização foi criada uma agência reguladora: a Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

Por outro lado, o governo já reduziu os ganhos salariais dos servidores públicos e os gastos sociais ao seu percentual mais baixo (do PIB e da receita líquida do Estado) em duas décadas, abaixo, inclusive, do que o dos governos “neoliberais” anteriores ao PT. Diante desse quadro, são várias as lutas a serem travadas neste ano. No plano nacional, destacamos a necessidade de organização de uma frente que seja capaz de unificar as diversas organizações representativas dos trabalhadores, dos movimentos populares, sindicais e estudantis, movimento que seja capaz de unificar pautas e planos de ação e resistência, cujo primeiro movimento será a marcha à Brasília a ocorrer no dia 24 de abril. É importante lembrar que a semente da unificação das lutas no setor público federal foi lançada ano passado, momento em que foi possível vencer a política do arrocho imposta pelo governo. Embora os ganhos não tenham sido os desejados pelas categorias, conseguimos arrancar R\$ 14 bilhões até 2015, ao invés dos 1,4 bilhão anunciado em 2011. Assim, contrariando a lógica prevista naquele ano de que teríamos salários congelados em 2013, conseguimos avançar.

No plano local, o SINDSIFCE iniciou sua rodada de assembleias por todo o Estado para discutir com a categoria as mudanças nas carreiras dos TAE’s e na carreira docente, e reavivar o debate sobre as pautas internas reivindicadas durante o último movimento paredista de modo a desenvolver estratégias para a discussão junto à instituição de como atender às reivindicações dos servidores em sua integralidade. Eis algumas de nossas principais reivindicações a serem trabalhadas em 2013: 1. Eleição direta para os Cargos de Direção nos Campi de expansão; 2. Reformulação do Edital de Remoção dos Servidores; 3. Retroativo da progressão Docente; 4. Efetivação das 30 horas dos TAE’s; 5. Revisão dos estudos e pagamentos de Insalubridade/periculosidade; 6. Programa/Incentivo Institucional para Qualificação e critérios de Liberação dos Servidores (TAE’s e Docentes) para programas de pós-graduação; 7. Melhoria das condições de trabalho/plano de contratação de servidores.

Somente através de organização e disposição para a luta lograremos vitória. Que 2013 seja um ano de lutas e conquistas para os trabalhadores.

Parceria para mestrados

Por meio de requerimentos já formulados por alguns servidores, no sentido de repasse do CNPJ desta entidade sindical, para fins de indicação com entidade parceira em mestrado profissional para o qual lograram aprovados é importante ressaltar que, no mestrado profissional, diferentemente do mestrado acadêmico, o candidato aprovado deverá indicar uma entidade parceira, em nome de quem serão gerados os boletos de pagamento das mensalidades do curso de mestrado, em razão da inexistência de bolsas concedidas pelo CAPES, bem como por ser um curso não gratuito.

Tal prática ocorre, comumente, por interesse dos empregadores (empresas e instituições públicas) em que o seu trabalhador possa qualificar-se, razão pela qual é comum que

participem como entidade parceira, ou financiando por completo ou parcialmente o candidato, ou mesmo, apenas, a título de fidúcia, concedendo seu CNPJ e demais documentos, mas o próprio candidato arca com os valores mensais.

Portanto, não se presta esta entidade sindical a tais fins, de modo que o filiado aprovado na seleção, ou poderá obter parceria com o IFCE ou com outra empresa/instituição parceira, já que, recaindo a responsabilidade pelo pagamento à pessoa jurídica fica inviável o controle para o recebimento deste pagamento.

Diretoria Colegiada

Expediente

Esta publicação é de responsabilidade do Sindsifce

Endereço: Rua Aratuba, nº2142, Casa E. Avenida Treze de Maio

Fotografia e Ilustração: Arquivo SINDSIFCE

Produção e diagramação Setor de Comunicação

Diretoria Colegiada

Coord. G. de Adm., Finanças e Patrimônio

Raimundo Nonato Araujo de Silva

Coordenador Geral de Comunicação:

Inácio Cordeiro Alves

Coordenador Geral de Política

Sindical: Venício Soares de Oliveira

Secretário Adjunto de Política de

Pessoal: Diego Gadelha

Secretário Adjunto de Política

Sindical: David Moreno

Secretário Adjunto de Finanças:

Moacir Caldas

Secretário Adjunto de Assuntos

Jurídicos: George Harison
Secretário de Imprensa e Divulgação:
Lourival Filho
Secretário de Organização dos
Campi: Francisco Thiago
Secretária de Assuntos Estudantis,
Culturais e Desportivos: Fabiana Lima

Suplente:

Geraldo Venceslau
Guttemberg Ferreira
Paulo Hyder
José Willian
Maria Ozirene

Secretaria
Marcela Fivangelista
Vera Lopes

Assessoria Jurídica
Dr. Emerson Sátiro